

História e memória das greves do magistério público estadual paulista – 1970/1980¹

History and Memory of São Paulo state public teaching strikes - 1970/1980

Elaine Lourenço*

RESUMO: As décadas de 1970 e 1980 representam um período de grande expansão do sistema escolar. Em São Paulo, na rede pública estadual, isto não foi diferente: cresceu o número de escolas, assim como cresceu o número de professores e de alunos. Houve também uma crescente desvalorização da profissão e mudanças na identidade docente. Neste cenário ocorrem inúmeras greves de professores, que se aproximam do que foi chamado “novo sindicalismo”. Este é o contexto histórico com o qual o presente texto dialoga, por meio da História Oral, com as memórias de docentes que atuaram no magistério público estadual paulista, à procura de buscar a diversidade de percepções de uma mesma realidade turbulenta. Todos estes elementos interferem na *cultura escolar*, ao alterar tempo e espaços escolares. Tais relatos expressam diferentes formas de se relacionar com a profissão e suas práticas, ou, em outras palavras, a complexidade do “ser professor”.

Palavras-chave: Greve de professores; memórias docentes; escola pública paulista; História Oral e professores.

ABSTRACT: The decades of 1970 and 1980 represented a moment of a great expansion for the scholar system. In São Paulo, in the state public system, it wasn't different: the number of schools grew, as did the number of teachers and students. There was also an increasing devaluation of the profession and changes in the teaching identity. It is in this scenario that countless strikes of teachers happen, which approaches what was called “new unionism”. It is in this historical context that the present text speaks to, through Oral History, with the memories of professors who worked in the São Paulo's state public magisterium, in order to find the diversity of perceptions of the same turbulent reality. All these elements interfere in the school culture, by modifying school time and spaces. Such reports express other ways of connecting occupation and its experience, or, in other words, the complexity of “being a teacher”.

Key words: Teacher's strike; Teacher's memory; Public School of São Paulo, Oral history and teachers

Essa “consciência onipresente do tempo”, de um tempo sempre regulado e ocupado, é uma das características da escola. (Viñao Frago)²

¹ Uma versão reduzida deste texto foi apresentada no XXVI Simpósio Nacional de História, da Associação Nacional de História – ANPUH, realizado em 2011, em São Paulo. A presente edição foi revista, aumentada e acrescida de um novo depoimento.

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2011) e Professora do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH - Unifesp), onde atua nos cursos de Licenciatura e Bacharelado e no Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória. Foi coordenadora do curso de graduação em História - Licenciatura (gestão 2015/2018) e do Subprojeto História do Pibid Unifesp (2018-2020, 2020-2022). E-mail: elalourenco@gmail.com

² Tradução minha. VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural.

Os tempos escolares são todos controlados, há um verdadeiro horror nestas instituições quando aparecem momentos vazios, desregulados, desregulamentados, que fogem à lógica retilínea e sequencial estabelecida pelos sistemas escolares ao longo do tempo. Como caracteriza Viñao Frago, a escola:

estabeleceu seus dias e horários de funcionamento distribuídos em uma programação mensal, semanal e diária, para cada ano letivo, as atividades e tarefas que podem ser realizadas nele. Essa é a sua característica temporal básica. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 74)

A ordenação temporal também se situa em um determinado *espaço escolar*, que possui materialidade própria, que busca conformar os papéis de todos os atores sociais que atuam na instituição. Nas sociedades contemporâneas estes edifícios escolares possuem padrão próprio, com uma arquitetura que procura conformar os usos e circulações dos corpos de acordo com suas funções. O autor caracteriza que estes dois vetores, *tempos e espaços escolares* estão no centro de suas preocupações e são fundamentais para as pesquisas que partem das análises das culturas escolares, definidas, de forma sintética, como: “toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, formas de pensar, dizer e fazer”. (p. 69).

As memórias em torno dos “tempos de greve”, objeto de análise do presente texto, constituem um momento em que estas dimensões são profundamente alteradas – a despeito de sua frequência no período analisado, elas não fazem parte dos tempos escolares, ao contrário, subvertem e subtraem os dias letivos, diminuem ou cessam as atividades em salas de aula, remetem os alunos e docentes para fora da escola, os primeiros permanecem aos cuidados das famílias, os segundos, quando ativistas, ganham as ruas e buscam visibilidade no cenário público, expondo suas condições de trabalho, seus salários, suas reivindicações, disputando e construindo novas identidades.

As greves instauram um momento novo, de incertezas, de tensões, em que as contradições políticas, partidárias e até mesmo pessoais afloram e entram no cenário supostamente harmônico das escolas. Considerando a quantidade e a frequência destes movimentos nos anos 1970 e 1980, também entre os docentes paulistas, há que se considerar que tal fato marcou as culturas escolares do período. O objetivo deste texto é apresentar o cenário de atuação dos professores do magistério público estadual paulista nestas décadas e dialogar com memórias de docentes que nela atuaram, buscando os significados atribuídos, sua relação com as identidades docentes, as influências que exerceram no cotidiano escolar e na carreira dos entrevistados.

As décadas de 1970 e 1980 – cenário da educação pública paulista

A década de 1980 é nomeada pelos economistas como “a década perdida”. Se tomássemos o marco dos movimentos sociais, esta afirmação precisaria ser revista e poderíamos chamá-la de “Década de Ouro dos Movimentos Sociais”, o que incluiria os movimentos sindicalistas além de outros segmentos sociais. Éder Sáder, ao cunhar a expressão “novos personagens”, em sua obra *Quando novos personagens entraram em cena - experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*, mostra a emergência destes sujeitos coletivos, até então ocultos:

A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente anunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública

reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. (SÁDER, 1988, p. 26).³

A análise de Sáder irá concentrar-se em quatro movimentos – o *Clube de Mães*, da periferia da Zona Sul, e o *Movimento de Saúde*, da periferia da Zona Leste, como exemplos de grupos que emergem nos bairros e são, em grande parte, liderados por mulheres, e dois grupos sindicais, a *Oposição Metalúrgica* de São Paulo e o *Sindicato dos Metalúrgicos* de São Bernardo, nos quais predominam os homens. De qualquer forma, o fim da década de 1970 registra várias greves, de diferentes categorias, fenômeno que cresce ainda mais na década de 1980. Não seria exagero afirmar que quase todos os trabalhadores urbanos, militantes ou não, participaram de alguma greve nesta década.

Em 1978 os metalúrgicos da região do ABC abriram um ciclo de greves sem precedentes na história dos conflitos brasileiros. Sua principal característica durante a década foi a incorporação crescente de categorias ou segmentos de trabalhadores que jamais haviam experimentado o confronto direto. Em 1978 foram deflagradas 118 greves, e dez anos depois elas passaram a somar 2188. O **número anual de grevistas aumentou sessenta vezes** e, entre esses mesmos anos, o número de jornadas não trabalhadas (o indicador síntese de greves) pulou de 1,8 milhões para 132 milhões (NORONHA, 1991, p.95 – Grifo meu).

Com os professores não foi diferente. A categoria esteve presente em várias manifestações e greves, sobretudo os que se vinculavam às redes públicas. No estado de São Paulo, há duas grandes greves ainda nos anos 1970, em 1978 e 1979, que inauguram a participação dos docentes neste novo momento de lutas dos trabalhadores. A greve de 1978 foi realizada em torno de duas motivações principais: o aumento salarial e a luta por um novo Estatuto do Magistério que incorporasse as reivindicações dos professores. As lideranças provinham de diferentes grupos de oposição à direção da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp)⁴ e se unificaram em torno da luta, criando a chamada “Comissão Aberta”, que se converteu em “Comando Geral de Greve”. O Movimento durou 24 dias e foi vitorioso⁵, uma vez que um novo

³ A referência às “imagens” feitas por Sáder é muito pertinente e ele produz um emocionante relato de uma delas, o 1º de Maio de 1980, em São Bernardo, no meio de uma greve metalúrgica que durava um mês e afrontava a ditadura militar. As manifestações estavam proibidas e o policiamento era grande. “Era a manhã ensolarada do dia 1º de maio de 1980, e as pessoas que haviam chegado ao centro de São Bernardo para a comemoração da data se depararam com a cidade ocupada por 8 mil policiais armados, com ordens de impedir qualquer concentração.” (p. 28) Assim Éder inicia sua narrativa. A seguir narra as negociações com os militares, a tensão do momento, o fim da missa na Matriz, da qual participaram 3.000 pessoas, a chegada de outras tantas, nos arredores, até que a concentração foi permitida por ordens de Brasília e a estimativa foi de 120.000 pessoas reunidas, que entoaram “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré. “O que acontecera na manhã do 1º de maio de 1980 parecia condensar a história de todo o movimento social que naquele dia mostrava a cara ao sol.”(p. 29). É assim que o autor termina seu belo relato, baseado nos documentos e, como ele afirma, “observação (naturalmente participante)”.

⁴ Antes da Constituição de 1988 o sindicalismo público era impedido de constituir sindicatos e diferentes associações ocupavam este papel. Em São Paulo, nestas décadas, havia o Centro do Professorado Paulista (CPP) e citada Apeoesp. Ambas ainda eram dirigidas, nos anos 1970, pelos denominados “pelegos”, segundo a classificação utilizada pelo *novo sindicalismo*, para se referir aos dirigentes que não comungavam com seus ideais.

⁵ Os seguintes pontos foram considerados como conquista: “1. pagamento de todas as aulas fixas ou extraordinárias pelo mesmo padrão; 2. Modificação nos critérios de evolução funcional; 3. Pagamento dos serviços extraordinários realizados, por convocação; 4. Periodicidade de concurso de ingresso; 5. Classificação por tempo de serviço para atribuição de aulas; 6. Inclusão dos professores contratados, nas jornadas de trabalho, com direito à evolução funcional, quinquênios e demais vantagens à exceção da estabilidade.” (JÓIA, p. 52). É preciso ressaltar que a rede pública estadual, à época e até hoje, é composta por professo-

Estatuto foi votado e aprovado e houve um salto organizativo, já que diversos grupos se formaram nas regionais:

Graças ao despertar forçado do magistério paulista, frente à acelerada deterioração das condições de trabalho, dos salários, da situação funcional da grande maioria dos docentes, despertar do qual a greve de 1978 foi a mais acabada consequência, o ganho da categoria foi real (CAÇÃO, 2001, p. 99).

A força adquirida em 1978 e as lutas travadas pelas oposições à diretoria da Apeoesp levaram a categoria a uma nova greve, no ano seguinte. O novo governo, de Paulo Maluf, não demonstrava nenhuma tolerância com o movimento. Quando a oposição ganhou a eleição sindical e assumiu a diretoria da Apeoesp, o governador impediu o desconto em folha dos associados da entidade como forma de enfraquecê-la⁶. O movimento foi duramente reprimido e isto dificultou novas conquistas:

A greve de 1979 foi derrotada pela política adotada durante o governo de Paulo Salim Maluf. Uma das medidas repressivas desencadeadas pela administração estadual, através do secretário de educação Luís Ferreira Martins, foi exigir que os diretores de escolas enviassem à secretaria as listas dos professores grevistas. Os diretores se recusaram a executar tal medida. Andando na contramão da decisão do governo estadual, a União dos Diretores do Ensino Médio Oficial, cujos associados eram efetivados através de concurso público e não mediante nomeação política, lançou a seguinte palavra de ordem: “Diretor não é feitor, é educador” (FERREIRA JR, 2009, p. 19).

A conquista da Apeoesp pela nova direção, ligada ao *novo sindicalismo* que então se fazia presente em diferentes categorias profissionais, foi um importante impulso para as inúmeras greves realizadas na década de 1980, todas relacionadas às questões salariais. Além deste tema, outras questões estavam presentes, relacionadas à carreira docente, à defesa da escola pública e mesmo a discussões educacionais⁷.

O *novo sindicalismo*, nas palavras de Ricardo Antunes e Jair Batista da Silva, representava um corte com os modelos anteriores, era fruto da expansão da classe trabalhadora, propunha um sindicato de classe, com mais autonomia e liberdade frente ao Estado, buscando romper com a estrutura consolidada na era Vargas. De acordo com estes autores, nos anos 1970:

Forjou-se um novo movimento sindical, cuja liderança de maior destaque era Luiz Inácio Lula da Silva, que encontrava capilaridade não só entre os trabalhadores industriais, como os metalúrgicos, mas, também, entre os assalariados rurais, como os chamados “boias-frias”, os funcionários públicos e os setores assalariados médios urbanos que se “proletarizavam”, como médicos e professores, dentre tantos outros contingentes do mundo do trabalho que se alteravam profundamente. O setor de serviços e a agricultura também gestavam novos assalariados que ampliavam a nossa classe trabalhadora, quando comparada àquela existente no pré-1964. (ANTUNES e SILVA, 2015, p. 513).

Armando Boito, por sua vez, chama a atenção para o caráter das greves dos anos 1980,

res efetivos, concursados, e professores não efetivos, cuja contratação varia ao longo do período, mas que costuma ficar ao menos em metade do total de docentes.

⁶ Como não eram sindicatos, estas associações não recebiam a verba do imposto sindical e sobreviviam unicamente graças às mensalidades dos sócios.

⁷ Esta ampliação das lutas é detalhada por Cláudia Vianna nas páginas 94 e 95.

majoritariamente das classes médias e do funcionalismo público: “o crescimento do sindicalismo de classe média é um fenômeno dos mais característicos dos anos 80 no campo sindical” (BOITO, 1991, p. 64). Ainda de acordo com este autor, este setor, entre 1978 e 1987, foi responsável por 76% das jornadas não trabalhadas, sendo que no ano de 1986 o funcionalismo público constituía 75% destas jornadas, ampliando o índice para 79% em 1987. Estas greves do setor público se diferenciavam pelo grande número de participantes e pelo número de dias parados, muito superiores ao que acontecia na iniciativa privada. Distinguíam-se também porque, uma vez liderados por “Associações”, evidenciavam que os sindicatos não eram os únicos órgãos de luta das categorias profissionais.

As lutas do magistério público paulista, que se situavam nesta expansão de greves do dos setores médios e do funcionalismo público, evidenciavam as precárias condições salariais da categoria, que já experimentara uma grande perda de poder aquisitivo. De acordo com Luiz Antonio Cunha, “o professor primário da rede estadual de São Paulo tinha o salário médio por hora equivalente a 8,7 vezes o salário mínimo, em 1967. Já em 1979, esta média havia baixado para 5,7 vezes” (CUNHA *apud* FERREIRA JR, 2009:7). O governo de Paulo Maluf, além de reprimir os professores, ainda deteriorou mais as condições salariais, retirando cinco referências da categoria, que foram objeto de luta e conquista no governo seguinte:

Em São Paulo, o achatamento salarial referido dar-se-á mais intensamente a partir de 1979, no governo Maluf, e, em 1990 os salários dos professores equivaliam à quarta parte daqueles pagos em 1979. Segundo a Folha de São Paulo⁸, em sete meses o professorado paulista havia passado do 6º para o 16º no ranking de salários do magistério brasileiro (CAÇÃO, 2001, p. 101).

A eleição direta para governadores alçou o opositorista Franco Montoro (PMDB) ao executivo paulista, a partir de 1982. Esta nova conjuntura trouxe à tona antigas reivindicações e a luta por um novo Estatuto do Magistério, que foi conseguido em 1985. Os dois Estatutos (1978 e 1985) trazem importantes conquistas relativas ao estabelecimento de uma nova jornada docente, contemplando horas-atividades que são pagas para a preparação de aulas e correção de avaliações. Transformam, ainda, as horas de trabalho em horas-aula, o que diminui o tempo trabalhado em sala de aula. Nada disto, contudo, é capaz de ocultar o fato que os salários diminuem cada vez mais. A resistência a esta situação é percebida nas inúmeras greves que acontecem: de 1984 a 1995 acontecem quinze greves, o que representa quase dois anos letivos sem aulas (PALMA FILHO, 1996, p. 319).

A repressão mais uma vez está presente nestes movimentos. Um dos momentos marcantes foi a greve de 1987, já no governo de Orestes Quécia, também do PMDB, que proíbe manifestação dos docentes à frente do “Palácio do Governo”. Tal qual um rei absolutista, o chefe do Executivo lança mão de um grande aparato repressivo para impedir a chegada dos manifestantes à sede do governo, fato que foi noticiado pela imprensa paulista. No dia 8 de março, o jornal *O Estado de São Paulo* assim se referiu ao evento:

O que pregava o governador – o mesmo Orestes Quécia que em 1978, quando senador, defendia a legitimidade do direito de greve e fazia um apelo ao governo federal “para a realidade dramática dos trabalhadores em greve”, é o governador que ordenou no último dia 25 de fevereiro a repressão a 50 mil funcionários grevistas que marchavam em direção ao Palácio dos Bandeirantes. Tropa de choque, gás lacrimogêneo, helicópteros, caminhões do Corpo de Bombeiros usados contra os manifestantes que resultaram em uma professora pisoteada em

⁸ A autora refere-se a texto do jornal *Folha de São Paulo*, publicado em 01/09/1990, p. C 8.

meio à confusão causada pela cavalaria da Polícia Militar (CEDI, 1990, p.199).

O jornal aproveita para lembrar os reclamos do outrora senador a favor dos metalúrgicos nas famosas greves do ABC paulista em 1978, contrastando com sua postura como governador. O fato é que as inúmeras greves, e os muitos dias de paralisação delas decorrentes, mostram a postura inflexível dos governos estaduais que se sucedem e que se recusam às negociações. A busca pela recomposição salarial é árdua e nem sempre é vista com bons olhos nem pela população, nem por parte dos professores que se recusam ao movimento. Ainda em 1991, Angelina Teixeira Peralva, em artigo intitulado “Professores: um movimento a se repensar”, faz considerações importantes sobre as greves e seu significado, apontando uma possível solução, que seria promover um maior encontro dos docentes com as lutas da sociedade, sobretudo as lutas dos menos favorecidos:

Uma história simples, que já tive a ocasião de apresentar em outro lugar, baseia-se na ideia de que, se os professores da rede pública são tão mal pagos, é exatamente porque servem a uma parcela desfavorecida da população brasileira. Se isso é verdade, podemos supor que a luta puramente categorial, por mais importante que seja, é por si só impotente para reverter, ou talvez mesmo deter, o processo de proletarização da categoria. O avanço da luta pressupõe, nesse caso, a ênfase em uma política de aliança com a população, que rearticule, como no passado, a particularidade da luta dos professores com a universalidade do sentido social da sua profissão. E, porque a escola é um espaço de ensino, não se pode conceber uma política de aliança com a população, que não esteja permeada pela questão educacional (CEDI, 1990, p. 160. Grifos meus).

A afirmação de Angelina de que os professores tem salários baixos em função de servir às camadas pobres da população é uma triste constatação frente à massificação da profissão e à mudança do público escolar, não acompanhada da devida valorização salarial.

É neste contexto de greves, disputas com o poder público, desvalorização salarial, valorização das associações de classe e novas identidades profissionais que se inserem as memórias dos docentes apresentadas a seguir.

História Oral e entrevistas – a voz de professoras e professores

As décadas de 1970 e 1980, como já foi anunciado, representam um período de grande expansão do sistema escolar, sobretudo no sentido de aumentar o número de alunos e de professores. Em São Paulo, na rede pública estadual, isto não foi diferente: cresceu o número de escolas, cresceu o número de professores. Neste período, ainda, diferenciou-se o público escolar com a chegada das classes populares, o que representou novos e grandes desafios para os docentes. Este crescimento, contudo, foi acompanhado por uma desvalorização da profissão docente, seja em seu *status* na sociedade, seja na remuneração, conforme foi apresentado acima. A percepção desta realidade, entretanto, não é a mesma para todas as pessoas que desenvolveram sua carreira neste período.

As memórias aqui apresentadas referem-se a falas de entrevistas realizadas para a redação de uma tese de doutorado que examina o trabalho do professor de História na rede pública estadual paulista no período compreendido entre a promulgação da lei 5692/71 e as reformulações curriculares promovidas em meados dos anos 1980 (LOURENÇO, 2011). Os docentes, contudo, ingressaram no magistério em fins dos anos 1960 e lá permaneceram até fins dos anos 1980 ou o começo

da década de 90. As suas reflexões e percepções podem ser lidas, então, à luz de toda a trajetória que realizaram. É preciso considerar, sobretudo, que as reflexões sobre seus salários e as greves que realizaram, ou não, mostram um balanço que fazem de sua própria carreira e a satisfação que tiveram, ou não, neste percurso⁹.

No roteiro de entrevistas não havia nenhuma menção à participação em greves e o fato destas aparecerem nas entrevistas refere-se à militância de alguns professores, ou a passagens que eles consideram significativas e, a fim de dar-lhes visibilidade, trouxeram à tona. Já em relação aos salários, havia um item que mencionava este aspecto, que se referia ao pagamento recebido no período do regime militar e pedia que se comparasse o poder aquisitivo de então com outros momentos. Este roteiro, em todas as entrevistas, foi “apropriado” pelos docentes, que o seguiam tal como um roteiro de aulas e que vez por outra abordavam as “questões” que eu havia colocado. Todos eles, de posse do meu roteiro, ao final, fizeram a conferência “para ver se não se esqueceram de nada”. Desta forma, é significativo que alguns professores sequer mencionem sua participação, ou ausência, nestes movimentos tão visíveis e frequentes no período em questão.

As entrevistas utilizaram a metodologia da História Oral e foram realizadas em 2009 e 2010. A opção por esta metodologia buscava realçar o que Ivor Goodson denomina de “ouvir a voz do professor”:

Ouvir a voz do professor devia ensinar-nos que o autobiográfico, “a vida”, é de grande interesse quando os professores falam do seu trabalho. E, a um nível de senso comum, não considero este facto surpreendente. O que considero surpreendente, se não francamente injusto, é que durante tanto tempo os investigadores tenham considerado as narrativas dos professores como dados irrelevantes (GOODSON, 2000, p.71).

No conjunto foram feitas sete entrevistas, com quatro professores e três professoras. Para este texto, optou-se por recortar as falas das professoras e de apenas um professor, considerando o fato de que entrevistadas foram as únicas que abordaram, de maneira mais diretamente o assunto. Os professores, ou não tocaram no assunto, ou o fizeram de forma marginal, como será apresentado no único relato aqui presente.

O objetivo pretendido com as entrevistas segue o que foi estabelecido por Alessandro Portelli, esta metodologia não trabalha com dados quantitativos, que permitem afirmações categóricas sobre os objetos de estudos, ao contrário, elas permitem vislumbrar retratos do momento lembrado, construídos por e a partir das memórias dos depoentes, que revelam mais a diversidade, do que a unidade:

[...] enquanto as outras ciências sociais desempenham a indispensável tarefa de abstrair, da experiência e da memória individuais, padrões e modelos de memória que transcendem à pessoa, a História Oral alia o esforço de reconstruir padrões e modelo à atenção às variações e transgressões individuais concretas. Assim, a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos – a menos que as diferenças entre elas sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o tecido. Em última análise, essa também é uma representação muito mais realista da sociedade, conforme a experimentamos (PORTELLI, 1997, p. 16).

Esta “colcha de retalhos” começa a partir do momento da entrevista, momento fundamental, que não é neutro e nem desinteressado, mas representa o encontro de duas pessoas que se

⁹ A discussão sobre as diferentes fases da carreira docente foi realizada em LOURENÇO (2013).

entrelham e partilham olhares e falas que irão se transformar em um outro texto:

Na história oral, enfim, o relato da história não é um fim em si mesmo. No que diz respeito ao entrevistador, visa à produção de um outro texto: uma fita, um vídeo, e, principalmente, um texto escrito, um livro. Essas diferenças resultam num uso diferente do espaço: em vez de uma “roda” de ouvintes, a situação da entrevista institui uma bipolaridade dialógica, dois sujeitos face a face, mediados pelo emprego estratégico de um microfone. Em torno desse objeto os dois se olham. A ideia de que existe um “observado” e um “observador” é uma ilusão positivista: durante todo o tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções. A “entre/vista”, afinal, é uma troca de olhares (PORTELLI, 2010, p.20).

Estas trocas que fiz com meus entrevistados, no que se refere às greves, são relatadas a seguir, por meio de um texto, que busca trazer diferentes olhares sobre estes movimentos, escutando a voz de professoras e professor, entremeada à minha.

As professoras, o professor, suas histórias, suas memórias

A professora Yara foi a primeira entrevistada, em 2009. Ela iniciou sua carreira nos anos 1960 como professora primária, aos 18 anos. Na década de 1970, para acompanhar o marido, ela se matriculou na faculdade e optou por cursar História, disciplina pela qual sempre tivera interesse. Prestou o concurso de 1978, segundo seu depoimento, por insistência de outros colegas e efetivou-se no novo cargo depois de aprovada. No seu depoimento, ela discutiu tanto a questão salarial quanto sobre as greves.

Logo no começo da entrevista, Yara se refere a uma greve “inaugural”, ainda em 1963:

Y – Mas, olha: eu comecei a trabalhar em 63. Foi o ano da primeira greve do magistério.

E – 63?

Y – Sim. Quer saber o resto? (risos) A primeira greve do magistério aconteceu numa Semana Santa. Nós fizemos greve quinta e sexta-feira santa, que não tinha aula...

E – (risos) Para aproveitar.

Y – ... e, essa é outra tese interessante, foi conduzida pelo Centro do Professorado Paulista. O governador era o Laudo Natel, e o Laudo Natel tinha prometido um abono...

E – Que é de 73.

Y – Não, estou falando bobagem, era o Ademar de Barros. A história do Laudo Natel é mais para a frente. O Laudo Natel tinha prometido um abono de Natal e não deu, então virou um “abano de Natal”. O abono de Natal virou abano de Natal (risos).

E – Isso já é 70. Em 63, com o Ademar...

Y – 63, com o Ademar de Barros. Que também era uma figura política assim, curiosíssima, né? Foi organizada pelo Centro do Professorado Paulista. Já era um salário muito baixo. O problema é que as pessoas, os profissionais do magistério, 99% eram mulheres, que tinham um marido por trás. Então, nunca houve, assim, uma consideração maior, porque “ah, professor é um sacerdócio, uma espécie de sacerdócio. Para que ganhar?”. Então, já era baixo o salário. Aquela história de professor ganhar muito bem pode ter sido verdadeira até os anos 50, porque depois não era, não. Nunca foi. Houve uma melhora, uma melhora até significativa, no governo de Franco Montoro. Em seguida, veio o Quércio. E aí, o Quércio mandou cair em cima dos professores.

Já na primeira fala sobre o tema, Yara refere-se a uma greve memorável; já na primeira fala, ela aproveita para destruir o *mito do salário do professor*, ou seja, ela faz uma associação entre a femi-

nilização do magistério e o baixo salário recebido, visto como uma “complementação” da renda familiar. Remete-se, ainda, representação do magistério como sacerdócio, segundo ela, ainda presente na visão que a sociedade tinha do professor. Há que se ressaltar também que, na mesma fala, ela já relaciona “greve” e “salário”, ou seja, em sua visão uma coisa se relaciona à outra. Na continuação, ela vai a um período posterior, no já mencionado governo de Paulo Maluf, e lembra da repressão à greve, por meio da pressão sobre os diretores de escola:

Y – E aí, para arrematar tudo, o governo do Maluf, que foi outra tragédia, nossa senhora! No governo do Maluf, a greve durou 70 e tantos dias. (...)

E – Que é a retomada das greves de 78.

Y – Exatamente, exatamente.

E – Sim, que foi quando retomou tudo. Então, é Maluf, Montoro, não é isso? Quércia e Fleury.

Y – Sabe que eu teria uma história legal também para contar sobre esse período? Na época dessas greves, veio uma ordem da Secretaria da Educação que os diretores deveriam mandar o nome dos professores faltosos. E eles mandaram. Menos quatro: um deles era a minha diretora, Helena Valerim Pinheiro; o outro foi o Paulo Rolim; os outros dois eu não lembro quem foram. E aí, eles foram penalizados, eles tiveram acho que um mês de afastamento, uma coisa assim. Então, foi bonita a participação deles. Foi bonito, eu me lembro, a Helena reuniu os professores e disse assim: “olha, se eu fizer o que estão pedindo, cabeças vão rolar. Então, que role a minha”. E ela não levou a lista de faltosos. Aí, ia uma sindicância na escola, porque nós assinamos o ponto. A gente ia para a escola, não tinha aluno, mas a gente assinava o ponto. Uma das moças da secretaria levou o livro-ponto para casa, comprou um livro novo, refez o livro-ponto inteirinho, de um dia para o outro. Margarete refez tudo de um dia para o outro. Sumiu com o livro-ponto original. Chegou a sindicância, o livro: falta, falta, falta, falta, falta. Foi refeito assim, em uma noite. A moça apareceu até com olheiras. Margarete, o nome dela. Então, tem umas histórias interessantes para contar dessas greves.

Apesar de relacionar “greve” e “salário”, a professora não acredita que as primeiras trouxeram ganhos para a categoria; ao contrário, a reposição de aulas, e os inúmeros problemas que ela causava, é lembrada como a “consequência” dos movimentos:

Y – No fim, essas histórias de greve acabam sendo divertidas. Mas, nossa, foram muitas. Foram muitas greves. [pausa] Não sei se adiantaram alguma coisa, também, viu? Sabe por quê? No fim, a gente tinha de repor todos os dias, né? Então, de que adiantava?

E – Em termos salariais também. O máximo que a gente fez foi barrar algumas coisas.

Y – Nada. O Centro do Professorado, hoje, de vez em quando eles ainda falam daquela bendita greve de 63!

E – (risos) De 63! Essa é boa!

Y – Os jornais publicaram: “Mestres até na greve”. (risos) Foi uma coisa de classe! (risos)

É significativo que a docente insista, novamente, em falar da greve de 1963, e lembre até de detalhes como “mestres até na greve”¹⁰, que foi veiculada na imprensa da época, e desvalorize os ganhos, ao menos políticos, que as mobilizações dos anos 1980 trouxeram para o movimento social, notadamente o movimento sindical. Sua visão pessimista sobre as greves estende-se para o futuro da educação. Na continuidade da conversa sobre salários ela faz a seguinte reflexão:

Y – Então, olha, todas essas promessas de mudança de educação, eu não acredito em nenhuma delas! Não acredito! Porque a educação no país não é valorizada. E não é valorizada não só

¹⁰ Em texto apresentado no II Congresso Brasileiro de História da Educação, Paula Perin Vicentini (2002:9) afirma que o editorial do jornal *O Estado de São Paulo* usa a expressão “mestres até na greve”.

pelo governo: é pela própria população. O pai que vai à escola com o dedo em riste no nariz do professor, ele não valoriza o que está sendo feito pelo filho dele. Ele não reconhece a necessidade. As pessoas estão, assim, achando que tudo vai cair do céu daqui para a frente, que a internet vai resolver tudo.

Esta visão negativa, contudo, não se refere à sua carreira, que ela encerra com a aposentadoria em 1989, mas é fruto de uma análise sobre os rumos tomados pela escola e a desvalorização desta e de seus profissionais. Yara não faz, em sua entrevista, menção à desvalorização da carreira em função dos novos alunos que adentraram a instituição, ao contrário, há um discurso em tom mais moralista, que busca nas atitudes dos pais, em particular, e da sociedade, em geral, a culpa pela possível decadência da educação.

A última referência que ela faz às greves, já na década de 1980, é uma crítica à forma de algumas lideranças que, segundo ela, não se posicionavam corretamente frente às responsabilidades assumidas pela escola:

Y – Numa ocasião, eu era coordenadora do Ciclo Básico; Professora de História e coordenadora do Ciclo Básico. Aí, eu estava no horário do Ciclo Básico, estava na minha saleta, lá, e tinha estourado greve. A minha escola tinha decidido não entrar em greve. Aí, chegaram uns professores que eram da Comissão de Greve, todos com camiseta do PT, camiseta da CUT, uns cabelos desse tamanho, um deles de jardineira: “aí, colega, você dispensa aí...”. Eu tinha só a 1ª e 2ª séries, acho que foi num período intermediário, a 5ª série não tinha entrado ainda. “Dispensa todos eles aí, vai dispensando os alunos aí, porque nós vamos ter de entrar em greve...”. “Vamos fazer o seguinte: vocês esperam, daqui a 10 minutos é o recreio. Então, na hora do intervalo vocês conversam com as colegas; o que elas decidirem, tudo bem”. “Não, não, nós não temos tempo a perder, imagina se nós vamos esperar! Dispensa os alunos!”. Falei: “Espera um pouquinho. Eu vou bater aqui um Termo de Responsabilidade, vocês assinam e eu dispense os alunos”. “Por que Termo de Responsabilidade?” “Porque são todos crianças de 1ª e 2ª séries, que os pais vêm buscar. Se vocês quiserem que eu dispense, vocês assumam a responsabilidade. Se acontecer um atropelamento, qualquer coisa, não tenho nada com isso, foram vocês que mandaram”. Alguém quis assinar? “Ah, não, mas aí, não!” “Então, esperem os 10 minutos e conversem com os colegas”. Aí esperaram, saíram de lá com as mãos abanando, porque ninguém quis entrar em greve. Então, quer dizer, sempre teve, sabe, os malucos de plantão, sempre! Você acha que eu iria dispensar crianças de 1ª e 2ª séries? Você faria isso?

E – É um desrespeito com a escola, mesmo.

Y – Além do desrespeito com a escola, a responsabilidade sobre cada uma das crianças!

Yara faz questão de frisar a origem partidária dos “militantes do PT”, caracterizando-os muito mais próximos do movimento operário, do que do movimento dos professores. De alguma forma, suas lembranças da greve de 1963 são mais suaves do que a lembrança dos movimentos recentes, que não só não teriam impedido a deterioração do salário, mas também trouxeram novas identidades para a luta dos professores, aqui representadas pelos militantes vinculados ao novo sindicalismo, que traziam uma representação de “trabalhadores da educação” para disputar com as imagens anteriores.

Mais uma vez, a imagem da professora Yara relaciona-se à imprensa do período retratado: Paula Perin Vicentini, ao analisar as mudanças nas imagens com que a imprensa paulista noticia os movimentos grevistas do magistério entre 1963 e 1979, mostra as mudanças no período que culminam exatamente no modelo descrito pela professora:

Ávido por combater as péssimas condições de trabalho, impostas pelo Estado e as práticas associativas em vigor, mas obrigado a esconder o rosto e enfrentar a forte oposição à mobili-

zação da categoria, o jovem professor – barbudo, com cabelos compridos e calças jeans -, ganhou as páginas dos jornais, rompendo totalmente com a imagem tradicional da profissão e gerando posições contraditórias a respeito das mudanças que pretendia instaurar. (VICENTINI, 2004, p. 14).

A professora Julia, outra entrevistada, tem uma visão bastante diferente destas novas imagens. Ela formou-se em Ciências Sociais em 1966, em Campinas e a partir de então começou a lecionar. O magistério não era sua primeira opção, ao contrário, queria fugir desta profissão tão identificada com o mundo feminino. Ainda assim, no curso, descobriu que o magistério era o único caminho viável. Começou a lecionar em escolas públicas das cidades vizinhas até o momento em que mudou para a capital e atuou na rede estadual como docente de História, participando dos movimentos sindicais do período. Suas memórias sobre o período revelam suas reflexões sobre o salário e como avaliava a valorização do professor pela sociedade:

É. Agora eu não lembro se a gente era bastante valorizado, assim, não só com salário. Eu acho que era sim porque quando eu me formei no colegial os professores eram muito valorizados. Depois de quatro anos, na faculdade, eu acho que não tinha deixado de ser valorizado em tão pouco tempo. Então, acho que a gente falar que era professor era legal! Acho que era, sim. Depois, com o tempo, que foi se deteriorando demais. Que a gente começou a fazer greve, e daí que a gente mesmo ia lá falar: – “Nossa, a gente ganha uma porcaria.” E, você sabe, você fala que ganha mal, não é todo mundo que então acha que você tá sendo mal pago, né? (risos). Se você ganha isso, é porque merece mesmo, né?

Na continuação, ela faz uma reflexão sobre as possibilidades de engajamento nas greves, a partir de sua própria condição de “mulher bem casada”, que lhe permitia engajar-se nos movimentos sem maiores problemas:

A própria greve também, a gente lutando pelos direitos da gente, a gente expunha a miséria da gente, entre aspas. Porque eu, felizmente, não tive problema como tinham os colegas, que, hoje, às vezes, eu encontro algum e morro de vergonha. Porque a gente queria que fizessem greve, queria, mas eles tinham filhos, o marido não ganhava bem também e tal. E a gente queria, queria. Eles tinham medo de ser descontados, aquelas brigas homéricas, a gente achava que eles eram uns capachos, não sei o quê. Eu era briguenta, Nossa Senhora! E hoje eu encontro com eles e falo: – “Ai, acho que eles querem me ver morta”, né? Mas não, eles não guardaram raiva, não. Porque eu não vivi esse problema, não, eu não tinha filhos e meu marido ganhava bem. Sabe aquela história que o Maluf falou que a gente não ganhava mal, a gente era mal casada?¹¹ Mas eu não era malufista, eu era ...

Desta forma, Julia revela um contraste entre sua condição social mais abastada, em função do casamento e do fato de não ter filhos, e outros colegas docentes, que teriam uma situação econômica mais desfavorável. É possível notar, sutilmente, o convívio entre duas diferentes gerações docentes, uma oriunda da classe média mais abastada, outra mais empobrecida, que possivelmente enxerga no magistério a possibilidade de uma ascensão social. Este contraste fica mais nítido em outro momento da fala da professora:

Tinham uns alunos da classe média empobrecida que acreditavam em cada coisa! Eu tinha um aluno que ele tinha a camiseta toda furadinha, pobre, pobre mesmo, e ele tinha pavor do Lula porque ia dividir tudo. E eu olhava pra aquele menino, pensava o quê que ia dividir? Daí, eu

¹¹ Julia refere-se a um discurso de Paulo Maluf, em 1981, quando era governador de São Paulo: “professora não é mal paga, é mal casada”.

tentava esclarecer, né? “Não tem nada disso, não tem o que dividir, não é bem assim, tal”, mas eles tinham uma reação muito... Os menores, sabe? Eles tinham uma reação muito ruim, assim, ao fato de eu ir lá com os meus brochinhas do PT. Não fazia propaganda do PT, mas eu mostrava que eu era petista. Então, eu sofri mais na época pós-ditadura, a discriminação, mas era uma discriminação... Eles gostavam de mim, só que eles não aceitavam que eu fosse petista, entendeu? Mas foi a discriminação deles e dos professores, mas que não chegou a perturbar em nada, mas era ruim saber que tinha uma visão tão errada das coisas, do que propriamente na ditadura, por causa que acho que eu estava em escolas meio protegidas, assim. Não foi assim, muito assim, uma escola visada como era a Escola Vocacional¹², outras que pudessem ser, sabe?

As memórias de Julia mostram um contraste entre sua militância como petista, embora membro da classe média, e a descrença de seus alunos pobres, de “camiseta toda furadinha”, que não teriam consciência da condição de exploração que viviam. Os próprios docentes, segundo seu relato, tinham dificuldade em aceitar sua militância. De qualquer forma, ela se enquadra no modelo de grevista de classe média, descrito por Armando Boito, característico dos anos 1980. Embora não fosse barbuda e tampouco usasse jeans frequentemente, ela não recriminava a nova imagem do magistério, antes disso sentia-se representada por este *novo sindicalismo*.

A professora Arlete, entrevistada em 2010, também atuou como professora primária. Logo após a formatura no curso Normal, e seu ingresso na carreira, iniciou o curso de Ciências Sociais e foi lecionar para o 1º grau. Sua opção pela docência, segundo seu relato, sempre foi política, atuar como professora era uma forma de militância. Este engajamento na resistência à ditadura nos anos 1970 levou-a a ser presa em uma tarde de sábado, quando voltava da escola. Permaneceu na prisão por meses e depois de libertada voltou para a escola para reassumir seu cargo. O diretor teve que aceitá-la depois que ela conseguiu um documento inédito, que afirmava que estivera detida e por isto faltara às aulas! O tema “greve”, portanto, faz parte de sua trajetória e aparece pela primeira vez na entrevista quando ela relata que assumira um cargo de docente na prefeitura no governo de Jânio Quadros, na década de 1980, e desistira deste em função de sua aprovação em outro concurso, na rede estadual. Um dos motivos, segundo ela, foi a repressão sobre o movimento, a atribuição de faltas injustificadas. Além disto, a jornada era excessiva e a obrigaria a inúmeros deslocamentos.

Em outro momento, ela retoma o tema das greves e afirma que sua participação nelas refletiu até mesmo em sua aposentadoria:

A – Na época da aposentadoria eu tive que ficar mais um ano. Por conta das greves eu tinha um número muito grande de faltas injustificadas e daí não consegui, tive que ficar mais um ano. Aliás, eu me aposentei em greve (risos). Quando saiu a aposentadoria, eu estava em greve! Nesse período eu militava na Apeoesp, né, fazia um trabalho sindical, Conselheira da Apeoesp, aí percorria as escolas e tal. Então, além da questão da jornada que era puxada, ainda tinha a militância sindical que também era bastante difícil Mas era muito bom. Eu acho que era uma forma da gente conhecer a rede, conhecer os professores de várias escolas. Eu acho que isso foi muito rico porque a gente acabava, não ficava restrito só à questão sindical, você acabava trocando de sala de aula, né. Foi bom, foi bem interessante.

A greve e a militância adquirem um valor positivo, são uma forma de conhecer pessoas, de

¹² As Escolas Vocacionais foram uma experiência da rede estadual paulista, dos anos 1960, que foram fechadas pela ditadura civil-militar instaurada em 1964. Professores e diretores foram presos e responderam a inquéritos. Para maiores esclarecimentos é possível ver: CHIOZZINI, Daniel Ferraz. *História & Memória da Inovação Educacional no Brasil – o caso dos Ginásios Vocacionais (1961-1970)*. Curitiba: Appris, 2014.

trocar experiências, de ampliar os horizontes de atuação. Foi na militância na Apeoesp, inclusive, que eu a conheci nos anos 1980 e isso certamente favoreceu o clima de cumplicidade da entrevista e facilitou a ela falar de um tema tão doloroso como foi o de sua prisão.

Suas memórias também registram um lado negativo nos movimentos, que se expressava na divisão que as greves causavam no interior da escola:

A – A greve dividia o grupo. E isso trazia consequências depois para o trabalho, por incrível que pareça. Não deveria ser assim, mas era. Ou porque um grupo entrava em greve, outro grupo não entrava, e nós... Tinha o grupo do PT, o grupo do PCdoB, quando PT e PCdoB se odiavam... Não, eram aliados, né? Aí juntavam todos, grande parte das pessoas militava na Apeoesp, então vinha toda aquela disputa nas eleições e tal. Era meio complicado, isso acabou meio que dividindo. Lógico que não foi por isso que o Projeto Noturno acabou. Acabou porque mudou de governador, o próximo Secretário não bancou. A gente tentou bancar um tempo. E também foi pulverizando muito o pessoal que ia entrando no Américo [refere-se à escola “Américo de Moura” e ao projeto especial implantado para o curso noturno], aí a gente não conseguiu manter. Porque isso precisa ter um grupo muito interessado porque você não ganha mais pra fazer isso. Então, tem que acreditar.

A militância partidária não era um problema em si, mas sim o fato de que esta causava disputas que refletiam no ambiente escolar. Aqui, para Arlete, os militantes partidários não eram “estranhos” ao ambiente escolar, faziam parte do contexto. A professora revela como as contradições e tensões no ambiente escolar se revelavam neste momento, inclusive em disputas partidárias, interferindo no cotidiano escolar. Aqui as greves, de alguma forma, são parte integrante no cotidiano escolar.

Não há, em toda a entrevista, nenhuma referência à palavra “salário”. A única menção que ela faz aos pagamentos é quando comenta que havia professores que não tinham compromisso com a educação, que liam jornal na sala de aula, que se justificavam dizendo que o salário era baixo. Ela comenta que estes sequer se mobilizavam para “ganhar melhor”, ou seja, os movimentos seriam capazes de levar a melhores salários, embora ela não mencione esta palavra. A impressão que fica é que as greves eram mais importantes do que as conquistas salariais que elas traziam, ou não.

Em outro sentido caminha a entrevista com o professor Guilherme. Sua opção pelo magistério, segundo seu relato, foi casual, porque tinha intenção de cursar Arquitetura e não conseguiu ingressar pelo vestibular. O desencanto com a situação levou-o a procurar “qualquer carreira” e decidiu cursar Pedagogia. Ingressou como docente nos cursos de formação de professores e, depois de cursar Estudos Sociais, atuou como docente de Educação Moral e Cívica e de História.

Em seu relato, a comparação presente/passado é muito constante, ele deixa claro que sua carreira havia se iniciado em *um* momento e que se encerrara em *outro*. Ele percebe estas mudanças nos cenários da escola e faz um contraste entre o tempo idílico do começo de sua trajetória e a decadência do ambiente escolar quando se aposentou. Em sua entrevista, a palavra “greve” não é mencionada, mas a palavra “salário” aparece justamente para compor os bons tempos do início:

G – Ah, o salário era ótimo no Estado. Deu para comprar esse apartamento, eu tinha carro do ano todo ano quase, pelo menos de dois em dois anos. Era muito bom, depois foi decaindo. Na realidade, começou uma campanha contra os professores, né? Nessa época daí. Porque a gente, enquanto líder de classe, de aula, eu quero dizer, alguns dá pra você fazer a cabeça, sabe? Eu sempre trabalhei contra isso, eu não gosto de fazer cabeça, tanto que no magistério a gente

trabalhava assim, ali no Derville Allegretti, [Escola de formação de professores – pertence à rede municipal de ensino] no sentido de formar o espírito crítico nos alunos, sabe? E, quando chegava no quarto ano do magistério, era insuportável, porque era assim o espírito crítico tão formado que elas colocavam em xeque tudo o que você falava. Eu detestava dar aula no quarto ano, mas com satisfação, porque a gente conseguia o objetivo que a gente tinha se proposto. Tem outra coisa, tinham alguns professores que achavam que Magistério era um Sacerdócio, etc. e tal, e eu trabalhava contra isso com as alunas do Magistério. Eu falava: “No magistério, ninguém faz voto de pobreza, de castidade e de obediência. Não é isso, é uma profissão igual a outra qualquer, você ganha por aula, você dá a tua aula, tá ganho, acabou”. Tem que pagar, não é? Agora, de lá pra cá... Bom, faz 10 anos que a gente não tem um aumento considerável, tem assim 2%, 1% difícil.

Esta é a única fala do professor que se refere aos salários e, como tantas outras, marca o contraste entre um passado de glória e um presente de miséria, no qual nem se conseguiria aumentos salariais. É certo que os professores da rede pública, notadamente os aposentados, têm recebido aumentos quase insignificantes, o que certamente reduziu seu poder aquisitivo. O fato é que entre todos os entrevistados, apenas o professor Guilherme se refere a isto, faz questão de mencionar o fato.

O professor também combate a visão do magistério como sacerdócio, inclusive entre suas alunas do curso de formação de professores, mas, significativamente, não menciona sua participação em greves e movimentos dos professores, ao contrário, ao conferir meu roteiro de questões da entrevista, ainda no início da conversa, ele afirma: “Outras formas de atuação: Igrejas, Sindicatos... Não, nunca participei de nada disso”. A palavra “greve” não aparece nenhuma vez na entrevista e a Apeoesp é apenas mencionada quando afirma que foi por meio desta que conheceu seus direitos:

Trabalhei pelo menos uns trinta anos no Estado, dez anos sem conhecer meus direitos, porque tudo que era direito seu, a direção omitia. Omitia, não permitia que você soubesse, entendeu? Aí, quando a gente começou a frequentar a Apeoesp, sair da escola pra fazer curso de atualização, esse tipo de coisa, a gente começou a abrir o olho, começou a ver.

Em outro momento da entrevista, o professor revela que teria havido um movimento de desvalorização do magistério, por parte da sociedade, que resultara nos baixos salários da categoria. Há novamente aqui uma crítica moral à sociedade que, no caso dele, se manifesta inclusive na recusa à participação nos movimentos grevistas e reivindicatórios. O sindicato, no limite, cumpriria um papel de orientação dos associados em relação a seus direitos.

Professoras, professor e entrevistas – o que é possível revelar?

Os relatos aqui apresentados, tal como foi proposto, não tem a intenção de esgotar todas as possibilidades e memórias construídas sobre as greves do magistério público estadual paulista nos anos 1970 e 1980 e a relação que estabelecem com as culturas escolares do momento. Contudo, elas permitem observar um quadro multifacetado, como janelas abertas em um prédio, que revelam seu interior para o observador, sem esgotar o conjunto todo. Elas possibilitam dialogar com este momento fecundo do passado, entre o fim da ditadura de 1964 e a redemocratização, por meio de personagens que o vivenciaram. Tal como nos diz Paul Thompson:

Porém, o que verdadeiramente justifica a história não é conceder imortalidade a uns poucos velhos. Ela faz parte do modo pelo qual os vivos compreendem seu lugar e seu papel no

mundo. Marcos divisórios, paisagens, padrões de autoridade e de conflito, tudo isso tem sido considerado frágil no século XX. Ao ajudar a mostrar como suas próprias histórias de vida se ajustam às mudanças do caráter do lugar em que hoje vivem, de seus problemas como trabalhadores ou como país, a história pode ajudar as pessoas a ver como estão e aonde devem ir. (...) Eles não têm apenas que aprender a própria história; podem escrevê-la. A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas. (THOMPSON, 2002. p.337)

As entrevistas fizeram parte de minha pesquisa e também de minha reflexão como docente e como professora formadora de professores. Também levaram os entrevistados a revisitar suas práticas docentes, a refletir sobre elas, reorganizar e revisitar suas experiências. Elas revelam uma intersecção entre a História, as histórias e as memórias, sem estabelecer hierarquias e prevalências, em busca de *ouvir a voz do professor* e refletir sobre ela. Certamente as pesquisas na área de Ensino de História têm muito a ganhar com isto.

As diferentes percepções dos professores aqui apresentadas sobre os movimentos grevistas e a relação destes com os salários mostra que, para além da História que resgata os grandes eventos do passado, é possível construir outra História, que identifica e traz para o presente os relatos dos que viveram o período, com todo o colorido de suas memórias, com todo o barulho das greves, das passeatas, das assembleias ruidosas, das palavras de ordem que buscavam combater os inimigos e embalar a multidão em busca de novos tempos, de um *lugar ao sol*.

Referências

- ANTUNES, Ricardo e SILVA, Jair Batista. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, set/dez 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n75/0103-4979-ccrh-28-75-0511.pdf> Acesso em: 15 nov. 2020.
- BOITO JR, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JR, Armando (et al). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CAÇÃO, Maria Izaura. *Jornada de trabalho docente: delineamento histórico da organização do trabalho do magistério público estadual paulista*. Tese (Doutorado em Educação). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). *Educação no Brasil 1987-1988*. São Paulo: CEDI, 1990.
- JÓIA, Orlando (org.). *APEOESP 10 anos (1978-1988): Memória do movimento dos professores do ensino público estadual paulista*. São Paulo, CEDI, 1993.
- LOURENÇO, Elaine. *Professores de História em cena: trajetórias de docentes na escola pública paulista – 1970-1990*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12062012-142415/pt-br.php> Acesso em: 15 nov. 2020.
- LOURENÇO, Elaine. Diferentes cenários, mesmos atores? Professores de História na escola pública paulista. In: SILVA, Marcos. (Org.) *História, que ensino é esse?* Campinas: Papirus, 2013.
- NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR, Armando (et al). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FERREIRA JR., Amarílio. Movimento de professores e organizações de esquerda na ditadura militar. In: *Associativismo e sindicalismo docente no Brasil – Seminário para discussão de pesquisa e constituição de rede de pesquisadores*. Rio de Janeiro, 17 e 18 de abril de 2009. Uma versão do texto se encontra disponível em: <https://redeaste.irice-conicet.gov.ar/sites/default/files/Ferreira%20Jr.pdf> Acesso em: 15 nov. 2020.
- GOODSON, Ivor F. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvi-

mento profissional. In: NÓVOA, António (org.). *Vidas de professores*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2000. (Coleção Ciências da Educação, 4).

PALMA FILHO, João Cardoso. *As reformas curriculares do ensino estadual paulista no período de 1960 a 1990*. Tese (Doutorado em Educação: Supervisão e Currículo). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 1996.

SÁDER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VIANNA, Cláudia. *Os nós do "nós": Crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo*. São Paulo: Xamã, 1999.

VICENTINI, Paula Perin. Mobilização e visibilidade: o movimento reivindicatório do magistério paulista e a imagem pública dos docentes (1963-1979). *A educação escolar em perspectiva histórica*. Curitiba: Puc-Pr, 2004. Disponível em <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo5/330.pdf> Acesso em: 15 nov. 2020.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 0, p. 63-82, set/out/nov/dez. 1995.

VICENTINI, Paula Perin. Os professores secundários no Brasil entre o ensino público e o particular: uma análise do movimento de organização da categoria em São Paulo e no Rio de Janeiro (1945-1964). *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*. História e memória da educação brasileira. Natal, 2002. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0346.pdf> Acesso em: 15 nov. 2020.

ENTREVISTAS

Entrevista de Arlete. São Paulo, 26 de março de 2010.

Entrevista de Guilherme. São Paulo, 31 de agosto de 2010.

Entrevista de Júlia. São Paulo, 01 de junho de 2009.

Entrevista de Yara. São Paulo, 28 de abril de 2009.